



22

175

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL

AGRAVO REGIMENTAL Nº 0195180-2/01

Agravante: Luiz Benedito da Silva

Advogada: Dra. Patrícia Carla da Costa Lira Braga de Moraes

Agravado: FUNAPE – Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco

Procurador: Dr. Francisco Tadeu Barbosa de Alencar

RELATOR: Des. José Ivo de Paula Guimarães

R
5326

EMENTA: ADMINISTRATIVO E PROCESSO CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. CORREÇÃO DO VALOR DO SOLDADO. ESCALONAMENTO VERTICAL. FUMAÇA DO BOM DIREITO. CONFIGURADA. RISCO DE DANO IRREPARÁVEL OU DE DIFÍCIL REPARAÇÃO. AUSENTE. RECURSO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

1 - no que se refere a fumaça do bom direito, ressalto que a matéria, ao que parece, encontra-se pacificada neste Egrégio Tribunal de Justiça, no sentido de que da leitura dos artigos 11 e 12 da Lei nº 11.216/95, o valor mínimo que os servidores do funcionalismo estadual deveriam receber era de R\$ 130,00 (cento e trinta reais), de modo que o soldo dos militares obrigatoriamente também deveria obedecer tal limite, a teor do que expressamente prescreve o seu art. 11 – que inclui na conceituação do VBR o soldo dos militares – assim como em razão do que dispõe o art. 5º da Lei nº 10.426/1990.

2 - quanto ao risco de dano irreparável ou de difícil reparação, tenho que esse requisito, no entanto, não restou configurado nos presentes autos. Isso porque, embora aparentemente faça jus a percepção integral reclamada, o requerente acredita ter direito a integralização de sua pensão

7

23
176
desde o ano de 1995, contudo, somente foi distribuída a ação ordinária de onde se originou a decisão que deu ensejo ao recurso em 15.06.2009, ou seja, ao que parece, a ausência de tal pagamento, conforme se pleiteia, não prejudicou o agravante ao ponto de refletir em sua subsistência e de sua família.

3 - Agravo Regimental improvido.

4 - Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Agravo Regimental nº 0195180-2/01, em que figura como agravante Luiz Benedito da Silva e como agravado Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco - FUNAPE:

Acordam os Desembargadores que integram a Oitava Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, pela sessão de julgamento realizada no dia 04/02/2010 presidida pelo Des. Ricardo de Oliveira Paes Barreto, acompanhado pelo vogal Des. Francisco José dos Anjos Bandeira de Melo, à unanimidade de votos, em conhecerem do recurso acima descrito, para negarem provimento ao mesmo, tudo na conformidade dos votos e do Relatório proferidos neste julgamento.

Recife, 04/02/2010

Des. José Ivo de Paula Guimarães - relator



24
177

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL

AGRAVO REGIMENTAL Nº 0195180-2/01

Agravante: Luiz Benedito da Silva

Advogada: Dra. Patrícia Carla da Costa Lira Braga de Moraes

Agravado: FUNAPE – Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco

Procurador: Dr. Francisco Tadeu Barbosa de Alencar

RELATOR: Des. José Ivo de Paula Guimarães

RELATÓRIO

Trata-se de Agravo Regimental interposto contra decisão interlocutória que, nos autos do Agravo de Instrumento em apenso, indeferiu o pedido de efeito ativo postulado, mantendo-se incólume a decisão do primeiro grau então vergastada.

O agravante interpôs o presente agravo regimental alegando, resumidamente, em suas fls. 02/16 que a decisão vergastada contraria a jurisprudência dos Tribunais Superiores, além de asseverar que a tabela de escalonamento vertical é aplicada para a determinação das diversas faixas de remuneração dos Policiais militares e do Corpo de Bombeiros Militar em percentuais variáveis que vão desde o cargo de coronel a aluno do curso de formação de soldados PM's.

Acrescenta que, de acordo com o art. 16 da Lei Complementar Estadual nº 13/1995, o escalonamento vertical ficou mantido em seus percentuais integrando a estrutura de remuneração da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros. Posteriormente, com a edição da lei nº 11.216/1995, o Estado reajustou os símbolos de vencimentos do funcionalismo público, adotando, para fins de limites e estabelecimento de faixa e remuneração, o Vencimento Básico de Referência – VBR, fixado em R\$ 130,00 (cento e trinta reais), correspondente ao valor do menor vencimento, soldo, ou salário de pessoal da administração direta, das autarquias e das fundações públicas, a partir de 1º maio de 1995, conforme preceituam os arts. 11 e 12 da mencionada lei.

Observa que, por sua vez, ditos valores, de acordo com a tabela de escalonamento vertical anexa a Lei nº 10.426/1990, mantida pela Lei Complementar nº 13/95, correspondem a 28,30% do soldo do posto de Coronel da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar e que mesmo diante da legislação aplicada, de acordo com a certidão nº 0037/2009 – DGP – 4, de 18 de fevereiro de 2009, emitida pela Secretaria de Defesa Social, PMPE, Diretoria de Gestão de Pessoas – DGP – 4, seção de inativos e pensionistas, o soldo dos diversos postos ou graduações dos militares estaduais, passaram a ser pagos em valores bem inferiores aos devidos. Em consequência, os militares vêm recebendo seus vencimentos de forma irregular, em repleta disparidade para com, que apregoava a Lei nº 11.216/1995, trazendo prejuízos ao recorrente até os dias atuais.

É o relatório.

Recife, 04/02/2010

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator



26
179

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL

AGRAVO REGIMENTAL Nº 0195180-2/01

Agravante: Luiz Benedito da Silva

Advogada: Dra. Patrícia Carla da Costa Lira Braga de Moraes

Agravado: FUNAPE – Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco

Procurador: Dr. Francisco Tadeu Barbosa de Alencar

RELATOR: Des. José Ivo de Paula Guimarães

VOTO

O inconformismo do agravante reside contra decisão interlocutória que, nos autos do Agravo de Instrumento em apenso, indeferiu o pedido de efeito ativo postulado, mantendo-se incólume a decisão do primeiro grau então vergastada.

Da leitura dos autos, convém evidenciar que a decisão que deu origem ao agravo de instrumento é proveniente de Ação Ordinária que teve por objetivo, em suma, que o agravado seja compelido a efetivar a correção do valor do soldo do agravante, ocupante do Posto/graduação de Segundo Sargento, a partir de 1º de Maio de 1995, atrelados a tabela de escalonamento vertical, de conformidade com a Lei nº 10.426/1990, com a fixação do menor soldo devido ao Policial Militar, no valor de R\$ 130,00 (cento e trinta reais), conforme arts. 11 e 12 da Lei nº 11.216/95, modificado posteriormente à luz do Decreto nº 22.105 de 03 de março de 2000; Lei Complementar nº 32 de 27 de abril de 2001; Lei Complementar nº 59 de 05 de julho de 2004, Lei Complementar nº 85 de 31 de março de 2006; Lei nº 13.275 de 09 de agosto de 2007, Lei Complementar nº 114 de 06 de junho de 2008, conforme planilhas de cálculos elaboradas pela Secretaria de Defesa Social, órgão de origem do servidor militar inativo, bem como sobre qualquer alteração que venha ocorrer após a propositura da ação, com reflexo no cálculo das gratificações de moradia, exercício, capacitação profissional, nível hierárquico, representação e incentivo, além das demais vantagens e/ou gratificações individuais, que giram em torno dos seus respectivos ganhos.

27
180

Assim, conforme salientado pelo agravante, a controvérsia cinge-se em saber se fazem *jus* ao valor do soldo de 2º sargento em sua integralidade, atualmente importando em R\$ 2.555,43 (dois mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais e quarenta e três centavos), conforme demonstrado na planilha de cálculo elaborada pela secretaria de defesa social, órgão de origem do servidor militar inativo, atrelados a tabela de escalonamento vertical.

Compulsando os autos nos limites em que me é permitido pelo juízo de cognição sumária da via instrumentalizada, no que se refere a fumaça do bom direito, ressalto que a matéria, ao que parece, encontra-se pacificada neste Egrégio Tribunal de Justiça, no sentido de que da leitura dos artigos 11 e 12 da Lei nº 11.216/95¹, o valor mínimo que os servidores do funcionalismo estadual deveriam receber era de R\$ 130,00 (cento e trinta reais), de modo que o soldo dos militares obrigatoriamente também deveria obedecer tal limite, a teor do que expressamente prescreve o seu art. 11 – que inclui na conceituação do VBR o soldo dos militares – assim como em razão do que dispõe o art. 5º da Lei nº 10.426/1990.

Dúvida não persiste de que o soldo do servidor militar nunca deverá ser inferior ao menor vencimento estabelecido para os demais servidores estaduais, que nos termos da Lei nº 11.216/1995, equivale, em termos absolutos, a R\$ 130,00 (cento e trinta reais). Nesse sentido, manifesta-se esta Corte de Justiça:

ADMINISTRATIVO. POLICIAL MILITAR. PERCEPÇÃO DE SOLDO EM VALOR INFERIOR AO PATAMAR MÍNIMO(VBR) INSTITUÍDO PELOS ARTS. 11 E 12 DA LEI 11.216/95. VEDAÇÃO OBSERVÂNCIA AO ESCALONAMENTO VERTICAL E À GARANTIA DO PAGAMENTO DE SOLDO EM VALOR NUNCA AQUÉM AO MÍNIMO PREVISTO AOS DEMAIS SERVIDORES PÚBLICOS. LEI 10.426/90. IMPOSSIBILIDADE DE VINCULAÇÃO DO VBR AO SALÁRIO MÍNIMO. ART. 7º, INCISO IV DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. REEXAME NECESSÁRIO PROVIDO EM PARTE. APELAÇÃO PREJUDICADA. DECISÃO UNÂNIME.-
Infringe os arts. 11 e 12 da Lei nº 11.216/95 o

¹ Art. 11, *caput*. O Estado adotará, para fins de determinação de limites e estabelecimento de faixas de remuneração, o vencimento básico da referência – VBR, correspondente ao valor do menor vencimento, soldo ou salário básico atribuído a cargos ou empregos dos quadros de pessoal da administração direta, das autarquias e das fundações públicas.

Art. 12. A partir de 1º de maio de 1995, o valor do vencimento básico de referência – VBR é fixado em R\$ 130,00 (cento e trinta reais).

pagamento aos militares do Estado de Pernambuco de soldo inferior ao vencimento básico de referência(VBR) fixado em R\$ 130,00(cento e trinta reais).- A aplicação da tabela do escalonamento vertical na estrutura da remuneração da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Estado de Pernambuco deve se harmonizar com a regra que proíbe a percepção de soldo nunca inferior ao vencimento mínimo atribuído aos demais servidores públicos estaduais representado pelo VBR nos moldes da Lei 11.216/95.- Além de não haver menção na Lei 11.216/95, a equiparação do VBR ao salário mínimo contraria expresso mandamento constitucional(parte final do inciso IV do art. 7º da Carta Magna).- Reexame necessário parcialmente provido, prejudicada o recurso voluntário. Decisão unânime. Apelação / Reexame Necessário Nº 177574-6 - Relator Acórdão: Fernando Cerqueira - Data Julg. 7/4/2009 14:00:00

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. APELAÇÃO CÍVEL. SOLDOS. POLICIAIS MILITARES. ESCALONAMENTO VERTICAL E FIXAÇÃO EM VALOR NÃO INFERIOR AO MENOR VENCIMENTO DOS DEMAIS SERVIDORES ESTADUAIS. NÃO VINCULAÇÃO AO SALÁRIO MÍNIMO VIGENTE. INFRIGÊNCIA DOS ARTS. 11 E 12 DA LEI 11.216/95. RECURSO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.1- A questão subjudice revela a impossibilidade do pagamento aos militares por parte do Estado de Pernambuco, de soldo inferior ao piso salarial do funcionalismo estadual, estabelecido na lei 11.216/95, em que assevera o piso mínimo para pagamento, qual seja, R\$ 130,00.2- Tendo em vista a remissão feita, pela lei nº 10.426/90, ao valor do mínimo legal, a atualização deste deve ser considerada na evolução salarial militar, equiparando-se a esse montante, também, o menor valor do soldo.3- Precedentes deste Tribunal e dos Superiores, no mesmo sentido.4- À unanimidade de votos, negou-se provimento ao recurso voluntário. Apelação Cível Nº 128990-9 - Relator Acórdão: Luiz Carlos Figueirêdo - Data Julg. 23/9/2008 14:00:00

29
182

Quanto ao risco de dano irreparável ou de difícil reparação, tenho que esse requisito, no entanto, não restou configurado nos presentes autos. Isso porque, embora aparentemente faça *jus* a percepção integral reclamada, o requerente acredita ter direito a integralização de sua pensão desde o ano de 1995, contudo, somente foi distribuída a ação ordinária de onde se originou a decisão que deu ensejo ao presente recurso em 15.06.2009, ou seja, ao que parece, a ausência de tal pagamento, conforme se pleiteia, não prejudicou o agravante ao ponto de refletir em sua subsistência e de sua família, considerando que, sob sua óptica, há mais de 10(dez) anos não percebe tais valores. Além disso, acredito que a presente via sumária não é capaz de apreciar profundamente a matéria trazida à baila, sendo – portanto – temerária a concessão de liminares que importem em gastos públicos, exigindo-se assim, a apreciação da matéria por um juízo de cognição exauriente, mais seguro e acurado.

Assim, em face do exposto, voto no sentido de conhecer e negar provimento ao presente agravo regimental, mantendo-se incólume a decisão ora vergastada.

É como voto.

Recife, 04/02/2010

Des. José Ivo de Paula Guimarães – Relator